

Acordo sobre trabalho portuário abre caminho para avanço do PL 733

Entidades empresariais destacam consenso sobre pontos sensíveis da proposta e defendem preservação das mudanças negociadas para modernizar a Lei dos Portos

CÁSSIO LYRA
cassio.lyra@redenebnews.com.br

O acordo entre representantes empresariais e trabalhadores sobre as regras do trabalho portuário é considerado um dos principais avanços na construção do Projeto de Lei (PL) 733/2025, que propõe mudanças no marco regulatório dos portos brasileiros. Segundo entidades do setor, a superação das divergências abriu caminho para a retomada da tramitação da proposta na Câmara

dos Deputados, com a expectativa de votação ainda em 2026.

O tema foi discutido durante o Fórum Nacional Brasil Export 2026, em Brasília, que reuniu representantes de diferentes segmentos da atividade portuária para avaliar os próximos passos da proposta.

O presidente da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), Sergio Aquino, destacou que o texto alcançou um nível de consenso que permite avançar nas discussões legislativas sem a necessidade de reabrir negociações sobre os pontos mais sensíveis.

"O texto do relator do PL está muito bem pacificado. Não tem mais tema polêmico. O capítulo que envolvia o trabalho portuário foi

resolvido em um acordo histórico entre o setor empresarial e o setor laboral", afirmou.

Além das questões trabalhistas, o prazo de 70 anos relacionado aos contratos portuários esteve entre os temas que exigiram negociações durante a elaboração da proposta.

O diretor-executivo do Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo (Sopesp), Ricardo Molitzas, defendeu a preservação dos entendimentos alcançados para evitar que o processo de modernização da legislação seja prejudicado.

"A gente precisa fazer esse movimento para que essas alterações na Lei 12.815 aconteçam e não se perca toda aquela modernidade que se

colocou no PL 733", declarou.

Tramitação no Congresso

Apesar dos avanços nas negociações, a continuidade da tramitação depende de articulação política na Câmara dos Deputados. As discussões foram interrompidas durante o período eleitoral, e as entidades buscam retomar os trabalhos para viabilizar a votação da proposta.

O diretor-presidente da Associação Brasileira dos Terminais Portuários (ABTP), Jesualdo Silva, informou que a entidade iniciou contatos com integrantes da comissão especial responsável pela análise do projeto e programou no-